



ISSN 1988-7833  
<https://doi.org/10.51896/ccs>

# CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers Dialnet MIAR Scopus

## GESTÃO DE DESASTRES NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: INTERAÇÕES DE BRICOLAGEM NA AMBIÊNCIA LOCAL

**Dr. João Luiz da Matta Felisberto**

PMMG

<https://orcid.org/0000-0002-7917-6919>  
jlmfelisberto@gmail.com.br

**Prof. Dr. Daniel Jardim Pardini**

Universidade FUMEC

<https://orcid.org/0000-0003-0422-1639>  
pardini@fumec.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

João Luiz da Matta Felisberto y Daniel Jardim Pardini: "Gestão de desastres na perspectiva institucional: Interações de bricolagem na ambiência local", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (Vol 1, Nº 8 octubre-diciembre 2021, pp. 281-300). En línea:

<https://doi.org/10.51896/CCS/IMVI8443>

### RESUMO

Este trabalho busca analisar a gestão do risco de desastres no âmbito local à ótica do institucionalismo organizacional tal que utiliza a teoria institucional como sustentação teórica para a discussão a que se propõe. A pesquisa perpassa por um estudo de abordagem qualitativa onde a literatura que permeia a gestão do risco de desastres é trabalhada à luz daquela que fundamenta o institucionalismo organizacional. O alcance do objetivo proposto ocorre através do método da bricolagem, a partir do qual a análise de conteúdo é utilizada para estruturação do discurso do sujeito coletivo que emerge da literatura estudada. A interpretação da gestão do risco de desastres no âmbito local perpassa pelos construtos, dimensões e variáveis institucionais, a partir dos quais o *framework* teórico-empírico da gestão do risco de desastres é proposto.

**Palavras-chave:** Institucionalismo organizacional, teoria institucional, gestão de desastres, gestão do risco de desastres, bricolagem.

## GESTIÓN DE DESASTRES DESDE LA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: INTERACCIONES BRICOLAGE EN EL ENTORNO LOCAL

### RESUMEN

Este trabajo busca analizar la gestión del riesgo de desastres a nivel local desde la perspectiva de la institucionalidad organizacional, de tal manera que utiliza la teoría institucional como soporte teórico

para la discusión propuesta. La investigación permea un estudio con enfoque cualitativo donde se trabaja la literatura que permea la gestión del riesgo de desastres a la luz de lo que subyace a la institucionalidad organizacional. La consecución del objetivo propuesto se da a través del método de bricolaje, a partir del cual se utiliza el análisis de contenido para estructurar el discurso colectivo del sujeto que surge de la literatura estudiada. La interpretación de la gestión del riesgo de desastres a nivel local permea los constructos, dimensiones y variables institucionales, a partir de los cuales se propone el marco teórico-empírico de la gestión del riesgo de desastres.

**Palabras clave:** Institucionalismo organizacional, teoría institucional, gestión de desastres, gestión del riesgo de desastres, Bricolaje.

## **DISASTER MANAGEMENT FROM THE INSTITUTIONAL PERSPECTIVE: BRICOLAGE INTERACTIONS IN THE LOCAL ENVIRONMENT**

### **ABSTRACT**

This paper seeks to analyze disaster risk management at the local level from the perspective of organizational institutionalism such that it uses institutional theory as theoretical support for the proposed discussion. The research permeates a study with a qualitative approach where the literature that permeates disaster risk management is worked in the light of that which underlies organizational institutionalism. The achievement of the proposed objective occurs through the bricolage method, from which content analysis is used to structure the collective subject discourse that emerges from the studied literature. The interpretation of disaster risk management at the local level permeates the institutional constructs, dimensions and variables, from which the theoretical-empirical framework of disaster risk management is proposed.

**Keywords:** Organizational institutionalism, institutional theory, disaster management, disaster risk management, bricolage.

### **INTRODUÇÃO**

Os eventos extremos estão aumentando em frequência e intensidade tal que as mudanças climáticas, a rápida urbanização e a degradação ambiental expõem as populações a maiores riscos de desastres e seus impactos (Raikes et al., 2019). Inobstante, nas ciências sociais é amplo o consenso de que as instituições são importantes e que moldam o comportamento dos atores (Friel, 2017), de modo que a teoria institucional é amplamente utilizada sob o viés de questões organizacionais correlacionadas aos mais diversos temas, tais quais: estrutura de governança, estratégia, redes interorganizacionais, políticas públicas, cultura organizacional, ambiente institucional, empreendedorismo, entre outros (Hatch & Zilber, 2012). Nesta perspectiva, Mohammed (2018) pontua que a gestão do risco de desastres atravessa fronteiras multidisciplinares, tais quais as ciências sociais, a saúde, o planejamento urbano, as políticas públicas, a educação, entre tantas outras.

Nesse cenário, o progresso global em direção às metas sociais e ambientais é moldado pela relação dinâmica entre riscos, valores e instituições (Koehler et al., 2018), de sorte que no espectro da gestão de desastres, o risco de um desastre está intimamente ligado ao potencial da ocorrência de uma ameaça de desastre em um cenário ambiental e socioeconômico vulnerável, ao passo que a gestão do risco de desastres compreende o planejamento, a coordenação e a execução de ações e medidas preventivas destinadas a reduzir os riscos de desastres e evitar a instalação de novos riscos (Sedec, 2017). Nesse contexto, um dos passos essenciais para se construir uma cidade resiliente é justamente o fortalecimento da capacidade institucional para a resiliência (UNISDR, 2015a), tal que o Marco de Sendai traz, dentre outras prioridades, o fortalecimento da governança para gerenciar o risco de desastres (UNISDR, 2015).

Nesta linha de discussão, depreende-se que os novos desafios e a evolução das demandas contemporâneas indicam a necessidade de adicionar novas características gerenciais à administração pública atendendo aos desejos do cidadão (Felisberto et al., 2019). De quaisquer formas, a avaliação da administração pública, em especial no tocante à gestão das políticas públicas, vincula-se, sobretudo, ao desenho institucional, de maneira que os riscos enfrentados pelas várias culturas tornam-se uma oportunidade para que as discrepâncias entre a regulamentação e a prática em si sejam atenuadas e/ou eliminadas (Howe & Bang, 2017). Destarte, os desastres afloram preocupações em todas as sociedades de tal modo que as temáticas como a frequência e intensidade de desastres; crescimento populacional; mudanças climáticas; e gestão do risco de desastres, entre outros, vêm adquirindo visibilidade de tal modo que emergem como temas-chave nas últimas décadas, invariavelmente contidas na agenda de discussões de órgãos internacionais e nacionais (Djalante & Lassa, 2019).

Em verdade, a gestão do risco de desastres, conforme pontua Nyanga (2018), se mostra essencial para a prevenção e a redução destes tal que Gebreyes (2018) sublinha que o diagnóstico institucional relativo à gestão de desastres e riscos destes envolve a identificação de diversas variáveis institucionais e seu funcionamento em diferentes contextos com o objetivo de investigar oportunidades de mudanças transformacionais. Outrossim, El-Kholei (2019) destaca a importância da configuração institucional para aumentar o nível de preparação de uma cidade, de modo que, para estar preparado, um município precisa, além de implementar ações preventivas para lidar com exposições e suscetibilidade, transformar sua estrutura institucional desenvolvendo capacidades de enfrentamento e adaptação.

A partir do alhures exposto, este trabalho busca analisar a gestão do risco de desastres no âmbito local à ótica do institucionalismo organizacional. Para tanto, utiliza a teoria institucional como sustentação teórica para a discussão a que se propõe. Neste prisma, a consecução do objetivo proposto perpassa por um estudo de abordagem qualitativa onde a literatura que permeia a gestão do risco de desastres é trabalhada à luz daquela que fundamenta o institucionalismo organizacional. Para identificação dos construtos e dimensões institucionais emprega-se o método da bricolagem a partir do qual a técnica da análise de conteúdo é utilizada para estruturação do discurso do sujeito coletivo que emerge da literatura estudada. A interpretação da gestão do risco de desastres no

âmbito local perpassa pelos construtos, dimensões e variáveis institucionais de sorte que o principal resultado do trabalho é a proposição do *framework* teórico-empírico da gestão do risco de desastres.

## METODOLOGIA

O campo de pesquisa deste trabalho abarca a gestão do risco de desastres com enfoque no âmbito local, substanciado nas unidades locais de defesa civil e na teoria institucional. O banco de dados foi construído com um abrangente levantamento da literatura acerca da gestão do risco de desastres conjugada com aquela que reveste a teoria institucional. A literatura em epígrafe foi recortada de artigos científicos publicados nas enciclopédias virtuais EBSCO, Elsevier, EUMED, Google Acadêmico, Periódicos Capes e SPELL, além de livros e legislação vigente e revogada, de sorte que foi possível formar um banco de dados específico e abrangente, capaz de viabilizar o alcance dos objetivos propostos. Os dados da pesquisa realizada foram analisados pela técnica da análise de conteúdo, dividida em etapas, quais sejam: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Com o suporte do *software* NVivo 11 Plus os dados coletados foram tabulados (sistemizados) de forma a facilitar a interpretação / compreensão das informações, conferindo mais validade e confiabilidade às análises, interpretações e inferências deste estudo. Ato contínuo, conforme pontuam Zermiani et al. (2021), o discurso do sujeito coletivo foi elaborado.

Para elaboração deste discurso partiu-se dos discursos em estado bruto, os quais foram submetidos a um trabalho analítico inicial de seleção das principais ancoragens e/ou ideias centrais presentes em cada um dos discursos individuais e em todos eles reunidos, convergindo para uma forma sintética, onde se buscou a reconstituição discursiva da representação da literatura estudada. Assim, o discurso de todos tornou-se o discurso de um só (Lefèvre & Lefèvre, 2014). O agrupamento dos discursos foi classificatório, de sorte que, sob o escopo da análise de conteúdo, emergiram os construtos, dimensões e variáveis institucionais da gestão do risco de desastres trabalhados neste trabalho – Quadro 1.

### Quadro 1

*Construtos / dimensões / variáveis institucionais da gestão do risco de desastres.*

CONSTRUTO	DIMENSÕES	VARIÁVEIS
Fatores estruturantes do desastre	Paradigmas do desastre	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agente externo ameaçador;</li> <li>- Expressão social da vulnerabilidade;</li> <li>- Estado de incertezas.</li> </ul>
	Classificação do desastre	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Origem (natural ou tecnológico);</li> <li>- Intensidade (pequena, média ou grande);</li> <li>- Evolução (súbito ou gradual).</li> </ul>
	Elementos do desastre	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dano;</li> <li>- Prejuízo;</li> <li>- Ameaça;</li> <li>- Exposição;</li> <li>- Vulnerabilidade;</li> <li>- Resiliência;</li> <li>- Adaptação;</li> </ul>

		- Risco.
<b>Ambiente institucional</b>	Forças institucionais	- Leis, regulamentos e instrumentos políticos de governança; - Forças culturais-cognitivas; - Variáveis econômicas e tecnológicas; - Políticas públicas (global e local).
	Isomorfismo institucional	- Coercitivo; - Normativo; - Mimético.
<b>Campo organizacional</b>	Unidades de defesa civil	- Unidades de defesa civil.
	Atores sociais	- Governo; - Cidadão; - Empresas; - Órgãos de regulação.
	Empreendedorismo institucional	- Empreendedorismo institucional.
	Redes de políticas públicas	- Redes de políticas públicas.
	Dimensões do desastre	- Prevenção; - Mitigação; - Preparação - Resposta; - Recuperação.
	Legitimidade institucional	- Legitimidade institucional.

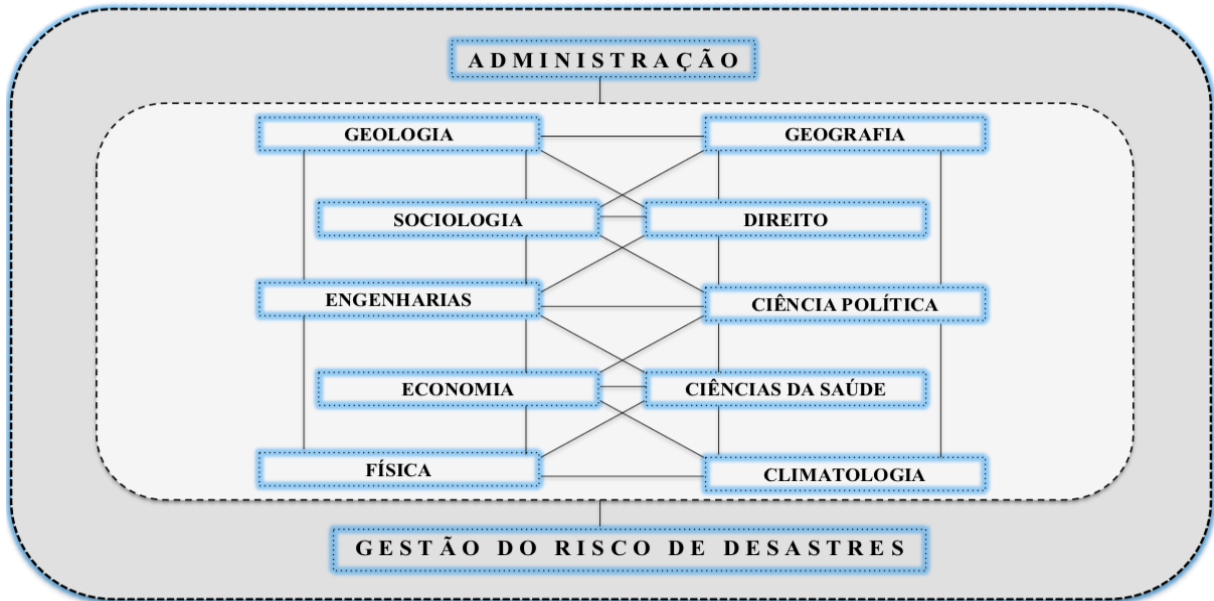
Nota. Elaborado pelos autores a partir da pesquisa realizada.

Santos (2017) indica que no espectro das ciências sociais e humanas, novos prismas na condução de estudos acadêmicos podem exercer papel formativo na definição de parâmetros para a investigação. Neste viés, o método da bricolagem refere-se à capacidade de empregar múltiplos construtos teóricos e diversas abordagens de pesquisa de modo que estimula os pesquisadores a deixarem seus espaços ordinários de investigação, aventurando-se no trânsito de uma área a outra, com vistas a produzirem conhecimentos de maneira mais aberta, flexível, criativa e crítica, sem contudo perderem o rigor científico necessário (Rodrigues et al., 2016).

Nesse escopo, aflora o conceito da interdisciplinaridade, amálgama da bricolagem e característica típica da literatura que reveste a gestão dos desastres e do risco destes. Por ocasião deste estudo, diversas e diversificadas áreas de conhecimento estão epistemologicamente implicadas no discurso do sujeito coletivo. Todas estas ciências, de forma interdisciplinar, estão interligadas e são contornadas pela ciência da administração, capaz de interpretar a institucionalização da gestão do risco de desastres – Figura 1.

**Figura 1**

*Bricolagem epistemológica da gestão do risco de desastres.*

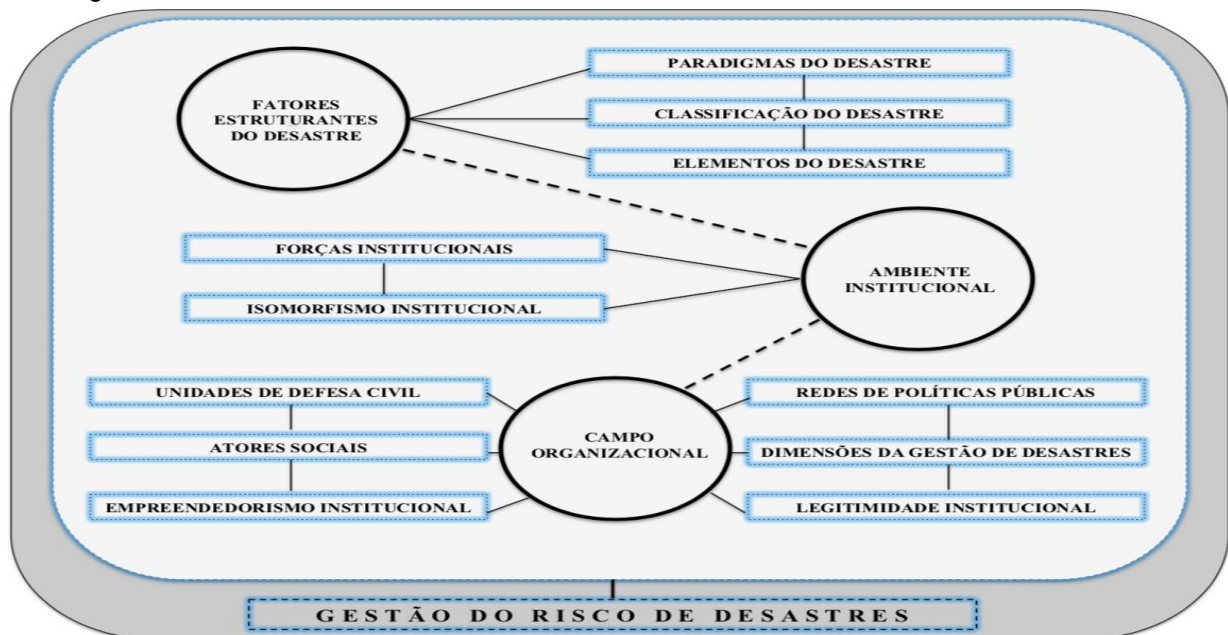


Nota. Elaborado pelos autores a partir da pesquisa realizada.

Campos e Ribeiro (2017) apontam que na atualidade a bricolagem está associada às atividades do método “faça você mesmo” (também conhecido como *do it yourself – DIY*), o qual usualmente transita nos impressos de revistas e mídias digitais. Neste trabalho a arte da bricolagem é utilizada para “costurar” os construtos, dimensões e variáveis institucionais da gestão do risco de desastres (GRD) – Figura 2.

**Figura 2**

*Bricolagem dos construtos, dimensões e variáveis institucionais da GRD.*



Nota. Elaborado pelos autores a partir da pesquisa realizada.

Nesse cenário de investigação é possível construir o *framework* (modelo teórico-empírico) da gestão do risco de desastres à luz do institucionalismo organizacional. Essa construção seguiu os seguintes passos: (a) conexão do objeto de investigação aos muitos contextos em que ele está inserido; (b) apreciação do relacionamento entre pesquisador e o que está sendo pesquisado; (c) conexão da produção de sentido à experiência humana; (d) utilização das formas textuais de análise ao mesmo tempo em que não se perde de vista que seres humanos que vivem e respiram são entidades em torno das quais e com as quais o sentido está sendo produzido; e (e) construção de uma ponte entre essas formas de visão e ação informadas. O *framework* em epígrafe, principal resultado desta pesquisa, é apresentado no próximo tópico.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Djalante e Lassa (2019) apontam como principais progressos e desafios o reconhecimento da importância de concentrar esforços no nível local, a falta de capacidade neste nível, a carência de entendimento acerca de questões sociais que influenciam as percepções e ações dos riscos bem como a falta de coordenação local em face da inexistência de planos e plataformas. Essa perspectiva reforça a teoria institucional como alternativa acadêmica para interpretação da gestão do risco de desastres à ótica local. De toda maneira, a teoria em epígrafe tem o viés de propor a maneira de como as organizações podem potencializar sua capacidade de forma a satisfazer suas partes interessadas, crescendo e sobrevivendo em um ambiente competitivo (Borsatto, 2018).

Inobstante, nas abordagens que permeiam o conceito de desastre há três principais paradigmas: desastre como agente externo ameaçador; desastre como expressão social da vulnerabilidade; e desastre como estado de incertezas (Lin, 2016). De todo modo, em geral, desastres naturais surgem do impacto de fenômenos naturais repentinos em áreas com fatores de risco predispostos, e são desencadeados por fenômenos naturais que causam perdas e danos humanos, sociais e materiais. Por outro lado, os desastres tecnológicos são desencadeados pela ação humana (eventos adversos antrópicos ou tecnológicos), e também resultam em perdas e danos humanos, sociais e materiais (Imamura et al., 2019).

Quaisquer forem os elementos deflagradores de desastres, uma melhor governança orientada para o risco, a partir da articulação de todas as partes interessadas, urge como elemento que fortalece as capacidades de gestão do risco de desastres, onde os atores locais são cruciais. Assim, descobrir o que pode ser desenvolvido em nível local, a fim de otimizar as capacidades institucionais de redução do risco, é medida que fortalece a gestão do risco de desastres (Rapeli, 2017). Neste prisma, infere-se da literatura estudada que a gestão de desastres é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente, tal que é composta pelas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, onde as três primeiras etapas fazem parte da gestão do risco de desastres e as duas últimas da gestão do desastre em si (UNISDR, 2017).

Grande parte da literatura adota a gestão do risco de desastres como um processo que deve ser conduzido com a participação plural de atores (poder público, pesquisadores, especialistas,

populações afetadas, e agentes institucionais). Este pluralismo amolda-se ao conceito de campo organizacional de sorte que a natureza do perigo, o contexto sociocultural pré-desastre, a capacidade de resiliência da comunidade, o cenário geográfico e a política de reabilitação estabelecida pelas autoridades determinam a capacidade de resiliência local (Fakhruddin et al., 2019). Em adição, Carvalho et al. (2017) apontam que as instituições são compostas de elementos (forças) cultural-cognitivos, reguladores e normativos os quais, somadas às atividades e recursos associados, patrocinam significado e estabilidade à vida social.

Nesta discussão, depreende-se dos resultados deste estudo que a teoria institucional entrega estrutura teórica para a compreensão do papel das instituições e determinação das estratégias organizacionais no campo organizacional e no ambiente institucional onde gravita a gestão do risco de desastres, tal que é possível abstrair os construtos institucionais da gestão do risco de desastres e suas respectivas dimensões – Quadro 2.

## Quadro 2

*Construtos institucionais da gestão do risco de desastres.*

CONSTRUTO	CARACTERIZAÇÃO	DIMENSÕES
<b>Fatores estruturantes do desastre</b>	Formam uma amálgama para a formação do ambiente institucional da gestão do risco de desastres.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Paradigmas do desastre</li> <li>✓ Classificação do desastre</li> <li>✓ Elementos do desastre</li> </ul>
<b>Ambiente institucional</b>	Consiste principalmente de instituições formais. O significado do ambiente institucional é que ele desempenha um papel importante na determinação da eficácia de quaisquer iniciativas para reformar as regras formais que governam as interações socioeconômicas individuais e/ou coletivas. Nestas regras estão incluídas as leis, regulamentos e instrumentos de políticas públicas que governam os mercados (Zhang & Speed, 2020).	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Forças institucionais</li> <li>✓ Isomorfismo institucional</li> </ul>
<b>Campo organizacional</b>	Conjunção das organizações componentes de um segmento institucional no qual os atores sociais atuam recebendo influências e sendo impactados direta ou indiretamente por ele (Chaerki et al., 2019).	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Unidades de defesa civil</li> <li>✓ Atores sociais</li> <li>✓ Empreendedorismo institucional</li> <li>✓ Redes de políticas públicas</li> <li>✓ Dimensões do desastre</li> <li>✓ Legitimidade institucional</li> </ul>

Nota. Elaborado pelos autores a partir da pesquisa realizada.

A partir do discurso do sujeito coletivo emergem as variáveis de cada uma das dimensões institucionais da gestão do risco de desastres – Quadros 3, 4, e 5. Para cada dimensão institucional são elencadas as variáveis que respectivamente a compõem.



**Quadro 3**

*Dimensões dos fatores estruturantes do desastre.*

DIMENSÕES	VARIÁVEIS
<b>Paradigmas do desastre</b>	<p><b>Desastre como agente externo ameaçador:</b> após 1945, ao desastre é atribuído a ação de agente externo ameaçador sem correlação com aspectos sociais, o modelo de gestão de desastre é reativo (Lin, 2016).</p> <p><b>Desastre como expressão social da vulnerabilidade:</b> a partir de 1970, à abordagem de desastres introduz-se a análise do grau de vulnerabilidade das comunidades, agentes externos passam a não ser mais considerados causa exclusiva dos desastres, mas agentes principiantes (Lin, 2016).</p> <p><b>Desastre como estado de incertezas:</b> Surge no final da década de 1980, aborda respostas científicas em torno da vulnerabilidade, a incerteza é compreendida como uma produção das sociedades complexas gerada pela ausência e/ou divulgação desordenada da comunicação e informação tornando difícil para as pessoas a definição entre o real e o hipotético (Lin, 2016).</p>
<b>Classificação do desastre</b>	<p><b>Origem:</b> desastre natural (advém de eventos adversos causados pela natureza) ou desastre tecnológico (oriundo de eventos adversos originados por condições tecnológicas decorrentes de falhas na infraestrutura ou nas atividades humanas específicas e/ou de atividades humanas predatórias ou consideradas acima da normalidade (CRED, 2016).</p> <p><b>Intensidade:</b> nível I (desastres de pequena intensidade), nível II (desastres de média intensidade), e nível III (desastres de grande intensidade) (IN/16).</p> <p><b>Evolução:</b> súbitos / de evolução aguda (têm evolução rápida e violenta) ou graduais / de evolução crônica (têm evolução progressiva ao longo do tempo tal como uma seca) (Raikes et al., 2019).</p>
<b>Elementos do desastre</b>	<p><b>Dano:</b> resultado das perdas humanas, materiais ou ambientais em face das comunidades, pessoas, instituições, instalações e aos ecossistemas decorrentes de um desastre. Podem ser humanos, materiais, ambientais e/ou sociais (UNISDR, 2017).</p> <p><b>Prejuízo:</b> mensuração da perda sob parâmetros de valor econômico, patrimonial e social de um determinado bem a partir das circunstâncias de um desastre. Os prejuízos são classificados em públicos, privados e sociais (UNISDR, 2017).</p> <p><b>Ameaça:</b> fenômeno perigoso decorrente da atividade humana ou de evento físico (origem natural) que pode resultar em morte, lesão ou outros impactos à saúde, perdas de serviço e meios de sustento, danos materiais, transtornos econômicos e sociais e/ou danos ambientais (UNISDR, 2017).</p>

<b>Elementos do desastre</b>	<b>Exposição:</b> refere-se a pessoas, propriedades, sistemas ou outros elementos presentes em uma zona de perigo, sujeita a perdas potenciais (UNISDR, 2017).
	<b>Vulnerabilidade:</b> exposição socioeconômica ou ambiental de cenário sujeito à ameaça natural ou tecnológica (de origem antrópica). Indica como as condições preexistentes fazem com que os elementos expostos sejam mais ou menos propensos a serem afetados (Sedec, 2017).
	<b>Resiliência:</b> capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a um desastre em resistir, absorver, adaptar e se recuperar de seus efeitos de modo oportuno e eficaz, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas (Sedec, 2017).
	<b>Adaptação:</b> ajustes nos sistemas sociais, ecológicos, ou econômicos por ocasião da resposta a estímulos climáticos esperados ou reais e seus impactos ou consequências. Indica mudanças em processos, estruturas e práticas para minimizar potenciais danos ou valer-se das oportunidades associadas às adversidades (UNISDR, 2017).
	<b>Risco:</b> potencial de ocorrência de um determinado desastre em um cenário socioeconômico e ambiental vulnerável (Sedec, 2017).

Nota. Elaborado pelos autores a partir da pesquisa realizada.

Gebreyes (2018) sublinha que o diagnóstico institucional relativo à adaptação às mudanças climáticas envolve a identificação de diversas variáveis institucionais e seu funcionamento em diferentes contextos com o objetivo de investigar oportunidades de mudanças transformacionais.

Neste escopo, as dimensões institucionais do construto “ambiente institucional” da gestão do risco de desastres com suas respectivas variáveis são devidamente concebidas – Quadro 4.

#### Quadro 4

*Dimensões do ambiente institucional da gestão do risco de desastres.*

<b>DIMENSÕES</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO / VARIÁVEIS</b>
<b>Forças institucionais</b>	São as forças que influenciam na gestão do risco de desastres. Leis, regulamentos e instrumentos políticos de governança; forças culturais-cognitivas; variáveis econômicas e tecnológicas e as políticas públicas em nível global e local.
<b>Isomorfismo institucional</b>	<p><b>Coercitivo:</b> resulta de influências políticas e da legitimidade. Pressões exercidas por determinadas organizações sobre outras das quais dependem, e também pelos anseios e expectativas da sociedade à qual ela atende – representada, tipicamente, pelas regulações governamentais (Gomes Filho &amp; Costa, 2015).</p> <p><b>Normativo:</b> advém, em especial, da profissionalização, entendida como uma força coletiva de integrantes de uma ocupação / profissão definidora de condições e métodos de seu próprio trabalho, em suma, associa-se com profissionalização e estabelecimento de métodos de trabalho que concebem uma estrutura de conhecimento e de legitimidade (Gomes Filho &amp; Costa, 2015).</p> <p><b>Mimético:</b> oriundo da percepção positiva que as organizações têm umas das outras, no tocante a considerá-las mais bem-sucedidas ou legítimas, a imitação aflora pela simples inexistência de condições de algumas organizações em serem rompedoras, assim, modelam-se em outras, inclusive em situações de incertezas irreais (Gomes Filho &amp; Costa, 2015).</p>

Nota. Elaborado pelos autores a partir da pesquisa realizada.

A seguir apresentam-se as dimensões institucionais do construto “campo organizacional” da gestão do risco de desastres com suas respectivas variáveis – Quadro 5.

#### Quadro 5

*Dimensões do campo organizacional da gestão do risco de desastres.*

DIMENSÕES	CARACTERIZAÇÃO / VARIÁVEIS
<b>Unidade de defesa civil</b>	Nos âmbitos federal, estadual e municipal, é o órgão responsável pela consecução da gestão de desastres e do risco de desastres no respectivo território. Na esfera local, é o órgão da Prefeitura Municipal que tem a missão de coordenar todas as atividades de prevenção, preparação, resposta e recuperação em desastres no âmbito do município – é o órgão central do sistema de defesa civil (Sedec, 2017).
<b>Atores sociais</b>	São os atores que atuam na gestão do risco de desastres. Abarca governo, cidadão, empresas, órgãos de regulação, entre outros, dividem-se em (Sedec, 2017):  <b>Órgãos setoriais:</b> organizações e entidades da administração pública municipal, estadual e federal sediados no respectivo município (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Secretarias Municipais, entre outros);  <b>Órgãos de apoio:</b> organizações comunitárias e empresas privadas com atuação naquele determinado município.
<b>Empreendedorismo institucional</b>	Abrange indivíduos ou organizações enquanto atores que se empenham para implementação e início de mudanças institucionais, independente das intenções iniciais e dos resultados finais. É um tipo de trabalho institucional onde os atores iniciam e implementam mudanças em uma instituição ou criam uma nova (Carvalho, 2016).
<b>Redes de políticas públicas</b>	Representação de espaços relacionais simbólicos onde todos os partícipes contribuem para escolha e definição das estratégias em posição de igualdade entre si sob o atributo da governança democrática, atribuindo sentido ao conteúdo estratégico e às ações individuais e coletivas de atores envolvidos em políticas de caráter público (Chaddad, 2012).
<b>Dimensões da gestão de desastre</b>	<b>Prevenção:</b> Ações com fulcro em eliminar por completo os impactos adversos e ameaças, por meio de medidas estruturais e não-estruturais. Nem sempre é possível evitar por completo as perdas e a ação de prevenção pode se tornar de mitigação na prática (UNISDR, 2017).  <b>Mitigação:</b> Ações estruturais que visam diminuir ou limitar os impactos adversos. Deve-se considerar que a qualidade das políticas públicas e o nível de sensibilização pública influenciam nos resultados (UNISDR, 2017).  <b>Preparação:</b> Capacidade de desenvolvimento para conhecer o risco e saber agir, por meio de conhecimentos científicos, tecnológicos e da capacitação das pessoas (UNISDR, 2017).  <b>Resposta:</b> Ações realizadas imediatamente após a ocorrência do desastre para salvar vidas, reduzir os impactos à saúde, garantir a segurança pública e satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência das vítimas. Podem se estender e confundir com a recuperação (UNISDR, 2017).  <b>Recuperação:</b> Inicia logo após a resposta. Visa a restauração e o melhoramento de instalações, meios de sustento e de vida. Reconstruir melhor (UNISDR, 2017).
<b>Legitimidade institucional</b>	Percepção de que as ações de uma organização são desejáveis ou apropriadas no âmbito de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições (Burton-Jones et al., 2020).

Nota. Elaborado pelos autores a partir da pesquisa realizada.

Cumprir pontuar que a interpretação do processo de gestão do risco de desastres no âmbito local perpassa por aspectos estruturais do Estado, vislumbrados pela presença de mecanismos de pressões isomórficas bem como por elementos de agência provenientes da participação ativa de empreendedores institucionais no ambiente institucional. Nesta perspectiva, advoga-se que as instituições influenciam as unidades de defesa civil na adoção da gestão do risco de desastres e, ao mesmo tempo, são impactadas e ressignificadas pela ação empreendedora de determinados atores sociais (em especial o Estado) na conjuntura do campo organizacional. Nesse ínterim a gestão do risco de desastres aflora como abordagem sistemática para reduzir o impacto dos desastres no ambiente construído (Etinay et al., 2018).

De quaisquer modos, a partir de saberes conexos, típico do método da bricolagem, este trabalho baseia-se no diálogo e na relação entre conhecimentos e disciplinas com fulcro na promoção de um estudo integrado e contextualizado (Campos & Ribeiro, 2017), como é o caso da gestão do risco de desastres e da teoria institucional. Nessa perspectiva, ao inserir o risco na ótica institucional, diversas perspectivas são possíveis para concebê-lo. Na gestão do risco de desastres o risco é concebido sob o viés de um sistema que articula práticas de gestão, espaços e atores a partir de diferentes lógicas, podendo ser abordado a partir da gestão praticada por tomadores de decisão (políticos) e/ou por especialistas que buscam identificá-lo(s) e calculá-los para eventuais danos. De toda sorte, conforme aponta Gebreyes (2018), o papel das instituições na gestão do risco de desastres e temáticas afins é bem reconhecido.

Wilkinson (2012) indica que o ambiente institucional e em particular as interações entre os diferentes níveis de governança, influenciam a capacidade de gestão do risco de desastres. Mormente ao exposto, depreende-se dos resultados deste estudo que articular políticas públicas e interagir com os atores que gravitam no campo organizacional e no ambiente institucional da gestão do risco de desastres é o caminho para garantir uma gestão integrada e articulada à mira da participação social e da prevenção e minimização de desastres. Assim, infere-se da literatura em estudo que o gerenciamento integrado do risco e esforços de extensão e envolvimento das partes interessadas são dois temas que caracterizam estratégias recentes de resiliência e gestão do risco de desastres (Vicari et al., 2019). Inobstante, em que pese ser possível considerar uma relativa interferência macrossistêmica no impacto das partes integrantes, a ação do Estado é a força preponderante na formação de um campo organizacional e de sua estrutura de governança resultante (Carvalho, 2016).

De toda forma, Fakhruddin et al. (2019) destacam que uma gestão eficaz dos riscos de desastres requer uma coordenação abrangente, o estabelecimento de parcerias fortes e o desenvolvimento urbano adequado. Nesta ótica, a partir dos métodos e técnicas utilizados neste trabalho, com vistas a interpretar a gestão do risco de desastres no âmbito local à ótica do institucionalismo organizacional alvitra-se o *framework* teórico-empírico da gestão do risco de desastres – Figura 3.

**Figura 3**

*Framework teórico-empírico da gestão do risco de desastres.*



Nota. Elaborado pelos autores a partir da pesquisa realizada.

Depreende-se do *framework* teórico-empírico em epígrafe que na gestão do risco de desastres os fatores estruturantes do desastre (paradigmas do desastre, classificação e elementos dos desastres) formam uma amálgama para a formação do campo organizacional onde atuam, em redes de políticas públicas, as unidades de defesa civil, os atores sociais e o Estado com suas ações de empreendedorismo institucional. Em acréscimo, no escopo da atuação em rede afloram as dimensões da gestão de desastres (prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação), convergindo para a legitimidade institucional. De toda sorte, o campo organizacional em epígrafe está inserido no ambiente institucional onde gravitam as forças institucionais e o isomorfismo institucional, os quais sujeitam as unidades de defesa civil a leis, regulamentos e instrumentos políticos de governança; a variáveis econômicas e tecnológicas; a forças culturais – cognitivas; a pressões isomórficas miméticas, normativas e coercitivas; e a políticas públicas de âmbito global e local.

Em outras palavras, os elementos de agência do Estado – empreendedor institucional – impactam na estrutura das unidades de defesa civil em processo contínuo de sorte que este todo converge para o processo de gestão do risco de desastres adotado pelas unidades de defesa civil impactando nas práticas por estas disseminadas, ressignificando-as para a obtenção da legitimidade institucional. O todo em lide ocorre dentro do campo organizacional da gestão do risco de desastres, onde estão inseridas as unidades de defesa civil, os atores sociais, e o Estado, principal empreendedor institucional, todos estes atuando em rede de políticas públicas no escopo das dimensões da gestão de desastres. Destarte, este campo organizacional está inserido no ambiente institucional onde as forças institucionais e o isomorfismo institucional nele gravitam.

Adicionalmente, os resultados deste estudo indicam que no espectro da formação do campo organizacional para a gestão do risco de desastres a legislação por si só não é definitiva na consolidação da política pública, havendo entre a sua formulação e a sua implementação diversos elementos necessários para que de fato se possa inserir uma cultura local de redução do risco de desastres (Nogueira et al., 2014). Outrossim, concernente às influências das variáveis econômicas e tecnológicas, uma melhor compreensão dos impactos sociais decorrentes de desastres pode servir de base para a previsão e o desenvolvimento de estratégias capazes de evitar ou minimizar o efeito de novas catástrofes de sorte as instituições são compostas de elementos (forças) cultural-cognitivos, reguladores e normativos os quais, somadas às atividades e aos recursos associados, patrocinam significado e estabilidade à vida social (Paul, 2011).

## CONCLUSÕES

A influência dos instrumentos políticos de governança (decisões políticas) emerge como um dos fatores que pesam na ocorrência de desastres de tal modo que figuram como uma das causas de fundo que promovem vulnerabilidades. Desta maneira, Jefferies et al, (2019) sugerem que o campo organizacional reúna relações organizacionais de forma tal a criarem oportunidades e espaços, remodelando seus relacionamentos à vista de criação de valor. Em acréscimo, os atores que gravitam na órbita do campo organizacional da gestão do risco de desastres devem desenvolver alternativas estratégicas efetivas e eficazes a fim de minimizarem as pressões institucionais que impactam neste campo (Pardini et al., 2018).

Passadas as décadas dos maus tempos econômicos, os governos são pressionados para se transformarem em mais eficientes e efetivos através da redução de custos combinada com melhores resultados (Herrera & Miller, 2018). Nesse contexto, um quadro institucional e administrativo bem estruturado coloca-se como pré-requisito para a promoção da resiliência, de modo que enfatizar as estratégias de redução do risco de desastres e implementar medidas de apoio às ações locais para a redução eficiente destes é vital para os governos (Charan et al., 2016; UNISDR, 2014).

Os resultados alcançados neste estudo não são definitivos ou absolutos, vez que tratam de questão dinâmica e que se modifica no tempo e no espaço conforme a dinamicidade e especificidades da natureza e recursos do homem, de sorte que não se pode generalizar estes resultados para todas as populações. Nesse viés, como em quaisquer estudos acadêmicos, este estudo possui algumas limitações, proporcionando assim oportunidades para futuras pesquisas. Primeiramente, há uma limitação da própria natureza da pesquisa qualitativa no tocante às restrições quanto a generalização dos resultados. Em adição, há uma limitação no tocante à pesquisa bibliográfica sem estar atrelada à uma pesquisa com dados quantitativos e/ou com indivíduos em campo.

Pesquisas recentes buscam compreender como as interações no campo institucional afetam os ecossistemas de serviços, mas são limitadas sobre como isso acontece (Kleinaltenkamp, et al., 2018; Simmonds & Gazley, 2018). Assim, sugere-se estudos futuros que analisem como cada

construto, dimensão, e/ou variável institucional identificada neste trabalho, impacta no campo organizacional da gestão do risco de desastres em âmbito local. Adicionalmente, estudos futuros que busquem compreender o campo organizacional da gestão do risco de desastres e seus fatores institucionais através de pesquisas de campo quali-quantitativas.

Birken et al. (2017) argumentam que a teoria institucional oferece um recurso altamente relevante para o entendimento de determinantes da implementação de ações empreendedoras de mudanças organizacionais. Em adição, além de proporcionar o entendimento destes determinantes, a teoria em pauta fornece proposições de como e quando o ambiente institucional influencia a estrutura e as práticas organizacionais (Leeman, et al., 2019). De toda sorte, infere-se que este estudo alcançou o objetivo a que se propôs. A partir da discussão levada à cabo, por intermédio dos métodos e técnicas de pesquisa utilizados, foi possível interpretar a gestão do risco de desastres no âmbito local à ótica do institucionalismo organizacional.

A redução bem-sucedida do risco de desastres aponta para a necessidade da interface entre ciência e política, de tal maneira que haja reconhecimento da ciência como processo para fornecer uma base para a tomada de decisões e identificação de estratégias ótimas e contramedidas necessárias (Izumi et al., 2019). Assim, infere-se que este estudo contribui como ponto de partida para estudos decorrentes / complementares, conforme alhures sugeridos. Em acréscimo, a principal contribuição refere-se ao enlace teórico-empírico desenvolvido pela pesquisa de tal modo a enriquecer o conhecimento acerca das temáticas ora abordadas proporcionando a ampliação dos debates a respeito da gestão do risco de desastres e da institucionalização organizacional. Outrossim, adiciona à literatura conhecimento acerca da adoção de instrumentos que possam somar institucionalmente para o fortalecimento e manutenção das atividades das unidades de defesa civil e demais envolvidos no campo organizacional da gestão de desastres, bem como estender o alcance da teoria institucional.

De quaisquer modos, o presente trabalho contribui para o ajuste de uma trajetória planejada em direção ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a melhoria das políticas públicas e das estruturas de governança, oferecendo reflexões e percepções que convergem para uma melhor qualidade de vida à sociedade e fortalecem a gestão do risco de desastres no curso da diminuição dos danos humanos e materiais e perdas econômicas, sociais e ambientais, avivando, por conseguinte, a resiliência pois, conforme inferem Fuentelsaz et al. (2019), quando as novas ideias e modos de agir partem de regras bem definidas, o oportunismo diminui e a confiança aumenta, reduzindo os custos de transação e levando a uma estrutura institucional eficiente. Em conclusão, se as instituições da administração pública (unidades sociais) quiserem antecipar novos problemas e desafios, respondê-las efetivamente, e traçar seu próprio caminho para avançar para o futuro, precisarão pensar e agir estrategicamente e serem capazes de gerenciar resultados (Tomazevic et al., 2017).

## REFERÊNCIAS

- Birken, S. A., Bunger, A. C., Powell, B. J., Turner, K., Clary, A. S., Klamann, S. L., Yu, Y., Whitaker, D. J., Self, S. R., Rostad, W. L., Chatam, J. R. S., Kirk, M. A., Shea, C. M., Haines, E., & Weiner, B. J. (2017). Organizational theory for dissemination and implementation research. *Implementation Science*, 12(62), 1-15. <http://dx.doi.org/10.1186/s13012-017-0592-x>.
- Borsatto, J. M. L. S. (2018). *Antecedentes da Inovação Verde: Uma análise de empresas do setor industrial dos Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento* (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP, Brasil. <http://dx.doi.org/10.11606/T.96.2019.tde-19122018-075049>.
- Burton-Jones, A., Akhlaghpour, S., Ayre, S., Barde, P., Staib, A., & Sullivan, C. (2020). Changing the conversation on evaluating digital transformation in healthcare: insights from an institutional analysis. *Inf. and Organization*, 30, 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2019.100255>.
- Campos, L. R. G., & Ribeiro, M. R. R. (2017). O método da *bricolage* em pesquisas em saúde e enfermagem – construindo o caminho ao caminhar. *Texto Contexto Enfermagem*, 26(4), 1-8. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017002290017>.
- Carvalho, A. P., Cunha, S. K., Lima, L. F., & Carstens, D. D. (2017). The role and contributions of sociological institutional theory to the socio-technical approach to innovation theory. *Revista de Administração e Inovação*, 14, 250-259. <https://doi.org/10.1016/j.rai.2017.02.001>.
- Carvalho, J. P. (2016). *Campo organizacional e adoção de Indicação Geográfica (IG): um estudo sobre a produção de cafés especiais no Brasil* (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. <http://dx.doi.org/10.11606/T.96.2017.tde-09052017-163806>.
- Chaddad, F. (2012). Advancing the theory of the cooperative organization: the cooperative as a true hybrid. *Public and Cooperative Economics*, 83(4), 445-461. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8292.2012.00472.x>.
- Chaerki, H. F., Ribeiro, G., & Ferreira, J. M. (2019). Uma introdução à Teoria Institucional do ponto de vista sociológico. *Cad. Administração*, 27(1), 62-91. <https://doi.org/10.4025/cadadm.v27i1.48409>.
- Charan, D., Kaur, M., & Singh, P. (2016). Indigenous Fijian women's role in disaster risk management and climate change adaptation. *Pacific Asia Inquiry*, 7(1), 106-122. [https://www.uog.edu/\\_resources/files/schools-and-colleges/college-of-liberal-arts-and-social-sciences/pai/pai7-charan-indigenous-fijian-women.pdf](https://www.uog.edu/_resources/files/schools-and-colleges/college-of-liberal-arts-and-social-sciences/pai/pai7-charan-indigenous-fijian-women.pdf).
- CRED – Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. (2016). *EM-DAT: The International Disaster Database 1988-2015*. Bruxelas: Autor. [http://emdat.be/sites/default/files/adsr\\_2016.pdf](http://emdat.be/sites/default/files/adsr_2016.pdf).
- Djalante, R., & Lassa, S. (2019). Governing complexities and its implication on the Sendai Framework for Disaster Risk Reduction priority 2 on governance. *Progress in Disaster Science*, 2, 1-5. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pdisas.2019.100010>.



- El-Kholei, A. O. (2019). Are Arab cities prepared to face disaster risks? Challenges and opportunities. *Alexandria Engineering Journal*, 58(2), 479–486. <https://doi.org/10.1016/j.aej.2019.04.004>.
- Etinay, N., Egbu, C., & Murray, V. (2018). Building urban resilience for disaster risk management and disaster risk reduction. *Procedia Engineering*, 21(2), 575–582. <http://dx.doi.org/10.1016/j.proeng.2018.01.074>.
- Fakhruddin, B., Reinen-Hamil, R., & Robertson, R. (2019). Extent and evaluation of vulnerability for disaster risk reduction of urban Nuku'alofa, Tonga. *Progress in Disaster Science*, 2, 1-10. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pdisas.2019.100017>.
- Felisberto, J. L. M., Rezende, P. R. B., & Pardini, D. J. (2019). Políticas públicas de gestão en protección y defensa civil: el modelo de Cedec/MG. *Anais do Congresso Virtual Internacional Desenvolvimento Económico, Social y Empresarial en Iberoamérica*, Málaga, Espanha, 4. <https://www.eumed.net/actas/19/desarrollo-empresarial/41-politicas-publicas-de-gestion-en-proteccion-y-defensa-civil-el-modelo-de-cedecmg.pdf>.
- Friel, D. (2017). Understanding institutions: different paradigms, different conclusions. *Revista de Administração*, 52, 212-214. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rausp.2016.12.001>.
- Fuentelsaz, L., González, C., & Maicas, J. P. (2019). Formal institutions and opportunity entrepreneurship. The contingent role of informal institutions. *Business Research Quarterly*, 22, 5-24. <https://doi.org/10.1016/j.brq.2018.06.002>.
- Gebreyes, M. (2018). “Producing” institutions of climate change adaptation and food security in north eastern Ethiopia. *NJAS - Wageningen Journal of Life Sciences*, 84, 123.132. <http://dx.doi.org/10.1016/j.njas.2017.10.007>.
- Gomes Filho, W. V., & Costa, A. M. (2015). Isomorfismo Institucional em IESS públicas catarinenses: uma análise comparativa de práticas em educação ambiental. *Anais do Colóquio Internacional de Gestão Universitária: desafios da gestão universitária no Século XXI*, Mar del Plata, Argentina, 15. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136111>.
- Hatch, M. J., & Zilber, T. (2012). Conversation at the border between organizational culture theory and institutional theory. *Journal of Management Inquiry*, 21(1), 94- 97. <http://dx.doi.org/10.1177/1056492611419793>.
- Herrera, J., & Miller, D. M. (2018). An emergent taxonomy of public personnel management: Exploring the task environment of human resource managers in Spanish Local Government. *Public Personnel Management*, 47(4), 445-471. <http://dx.doi.org/10.1177/0091026018791965>.
- Howe, B., & Bang, G. (2017). Nargis and Haiyan: the Politics of Natural Disaster Management in Myanmar and the Philippines. *Asian Studies Review*, 41(1), 58-78. <http://dx.doi.org/10.1080/10357823.2016.1265484>.
- Imamura, F., Boreti, S. P., Supparsi, A., & Muhari, A. (2019). Recent occurrences of serious tsunami damage and the future challenges of tsunami disaster risk reduction. *Progress in Disaster Science*, 1, 1–4. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pdisas.2019.100009>.
- IN 02 – *Instrução Normativa n. 2, de 20 de dezembro de 2016*. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos

- Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências.
- Izumi, T., Shaw, R., Djalante, R., Ishiwatari, M., & Komino, T. (2019). Disaster risk reduction and innovations. *Progress in Disaster Science*, 2, 1-8. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pdisas.2019.100033>.
- Jefferies, J. G., Bishop, S., & Hibbert, S. (2019). Customer boundary work to navigate institutional arrangements around service interactions: exploring the case of telehealth. *Journal of Business Research*, 105, 420-433. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.03.052>.
- Kleinaltenkamp, M., Corsaro, D., & Sebastiani, R. (2018). The role of proto-institutions within the change of service ecosystems. *Journal of Service Theory and Practice*, 28(5), 609-635. <https://doi.org/10.1108/JSTP-12-2017-0241>.
- Koehler, J., Rayner, S., Katuva, J., Thomson, P., & Hope, R. (2018). A cultural theory of drinking water risks, values and institutional change. *Global Environmental Change*, 50, 268-277. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.03.006>.
- Leeman, J., Baquero, B., Bender, M., Brown, M. C., Ko, L. K., Nilsen, P., Wangen, M., & Birken, S. A. (2019). Advancing the use of organization theory in implementation science. *Preventive Medicine*, 129, 1-7. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2019.105832>.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2014). Discurso do Sujeito Coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. *Texto Contexto Enfermagem*, 23(2), 502-507. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014000000014>.
- Lin, S. C. (2016). *Construção social de prevenção, mitigação e proteção frente a eventos climáticos extremos com atores locais: uma experiência no município de Araranguá/SC* (Tese de Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167891>.
- Mohammed, M. (2018). Disaster risk reduction and management of Tarlac City. *Procedia Engineering*, 212, 77-84. <http://dx.doi.org/10.1016/j.proeng.2018.01.011>
- Nogueira, F. R., Oliveira, V. E., & Canil, K. (2014). Políticas públicas regionais para gestão de riscos: o processo de implementação no ABC, SP. *Ambiente & Sociedade*, 17(4), 177-194. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC1100V1742014>.
- Nyanga, E. (2018). Disaster preparedness and management at the national archives and the National Library of Namibia. *Africa Journal of Library, Archives & Information Science*, 28(1), 77-91. <https://www.ajol.info/index.php/ajlais/article/view/174153>.
- Pardini, D. J., Felisberto, J. L. M., & Goeking, O. H. P. (2018). Pressões institucionais e respostas estratégicas na gestão de barragens minerais: Análise da percepção de gestores de um órgão público mineiro. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, (noviembre), 1-15. <https://www.eumed.net/rev/oel/2018/11/gestao-barragens-minerais.html>.
- Paul, B. K. (2011). *Environmental hazards and disasters: Contexts, perspectives and management*. Kansas State: John Wiley & Sons.

- Raikes, J., Smith, T. F., Jacobson, C., & Baldwin, C. (2019). Pre-disaster planning and preparedness for floods and droughts: A systematic review. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, 38, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2019.101207>.
- Rapeli, M. (2017). Assessment of social services' disaster risk management: Case Finland. *J. of Cont. and Crisis Management*, 25(4), 389-398. <https://doi.org/10.1111/1468-5973.12160>.
- Rodrigues, C. S. D., Therrien, J., Falcão, G. M. B., & Grangeiro, M. F. (2016). Pesquisa em educação e bricolagem científica: rigor, multirreferencialidade e interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa*, 46(162), 966-982. <https://doi.org/10.1590/198053143720>.
- Santos, V. S. (2017). Bricolagem metodológica na compreensão de performances interativas no espaço público. *Revista Aspás*, 7(2), 78-96. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3999>.
- SEDEC – Secretaria Nacional de Defesa Civil. (2017). *Noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos*. Brasília: Autor.
- Simmonds, H., & Gazley, A. (2018). Service ecotones: the complex boundary zones of service (eco)systems. *Journal of Service Theory and Practice*, 28(3), 384-404. <https://doi.org/10.1108/JSTP-08-2017-0136>.
- Tomazevic, N., Tekavcic, M., & Peljhan, D. (2017). Towards excellence in public administration: organisation theory-based performance management model. *Total Quality Management*, 28(6), 578-599. <http://dx.doi.org/10.1080/14783363.2015.1102048>.
- UNISDR – United Nations International Strategy for Disaster Reduction. (2014). *Building social resilience of the poor: protecting and empowering those most at risk*. Genebra: Autor.
- UNISDR – United Nations International Strategy for Disaster Reduction. (2015a). *Making Development Sustainable: The Future of Disaster Risk Management. Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction*. International Strategy for Disaster Reduction (ISDR): Autor.
- UNISDR – United Nations International Strategy for Disaster Reduction. (2015). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030 – World Conference on natural disaster reduction*. Sendai: Autor.
- UNISDR – United Nations International Strategy for Disaster Reduction. (2017). *Terminology on disaster risk reduction*. (2 ed.). Genebra: Autor.
- Vicari, R., Tchiguirinskaia, I., Tisserand, B., & Schertzer, D. (2019). Climate resilience in Paris: A network representation of online strategic documents released by public authorities. *Progress in Disaster Science*, 3, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pdisas.2019.100040>.
- Wilkinson, E. (2012). Why “small is beautiful” in municipal disaster risk reduction: Evidence from the Yucatán Peninsula, Mexico. *Environmental Hazards*, 11(2), 155-171. <http://dx.doi.org/10.1080/17477891.2011.609878>.
- Zermiani, T. C., Freitas, R. S., Ditterich, R. G., & Giordani, R. C. F. (2021). Discurso do Sujeito Coletivo e Análise de Conteúdo na abordagem qualitativa em saúde. *Research, Society and Development*, 10(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i1.12098>.

Zhang, S., & Speed, P. A. (2020). State versus market in China's low-carbon energy transition: an institutional perspective. *Energy Research & Social Science*, 66, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101503>.